

**Decreto-Lei n.º 48/2009, de 23 de fevereiro**

Com as alterações introduzidas por: Decreto-Lei n.º 214/2015; Despacho n.º 11812/2015; Decreto-Lei n.º 139-B/2023;

**Índice****– Diploma**

- **Capítulo I** *Criação, natureza e objectivos*
  - **Artigo 1.º** *Criação*
  - **Artigo 2.º** *Natureza*
  - **Artigo 3.º** *Objectivos*
  - **Artigo 4.º** *Princípios de actuação*
  - **Artigo 5.º** *Gestão da Escola*
- **Capítulo II** *Estrutura orgânica*
  - **Secção I** *Estrutura orgânica*
    - **Artigo 6.º** *Órgãos da Escola*
  - **Secção II** *Conselho de patronos*
    - **Artigo 7.º** *Composição*
    - **Artigo 8.º** *Competências*
    - **Artigo 9.º** *Funcionamento e mandato*
  - **Secção III** *Direcção*
    - **Artigo 10.º** *Composição e designação*
    - **Artigo 11.º** *Competência*
  - **Secção IV** *Conselho pedagógico*
    - **Artigo 12.º** *Função e composição*
    - **Artigo 13.º** *Competência*
    - **Artigo 14.º** *Funcionamento*
    - **Artigo 15.º** *Estruturas de orientação educativa*
- **Capítulo III** *Pessoal*
  - **Artigo 16.º** *Pessoal docente*
  - **Artigo 17.º** *Pessoal não docente*
  - **Artigo 18.º** *Garantias*
  - **Artigo 19.º** *Protecção social*
  - **Artigo 20.º** *Mapa de pessoal*
- **Capítulo IV** *Disposições finais e transitórias*
  - **Artigo 21.º** *Avaliação*
  - **Artigo 21.º-A** *Contrato de autonomia*
  - **Artigo 22.º** *Organização interna*
  - **Artigo 23.º** *Regime transitório para o pessoal docente*
  - **Artigo 24.º** *Cessação de funções*
  - **Artigo 25.º** *Reconhecimento das actividades*
  - **Artigo 26.º** *Propinas e outros valores*
  - **Artigo 27.º** *Nome da Escola*
  - **Artigo 28.º** *Apoio ao funcionamento da Escola*

- [Artigo 29.º](#) *Página electrónica*
- [Artigo 30.º](#) *Prazos*
- [Artigo 31.º](#) *Entrada em vigor*

## **Diploma**

*Cria, ao abrigo do acordo de cooperação celebrado em 4 de Dezembro de 2002 entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste, a Escola Portuguesa de Díli - Centro de Ensino e Língua Portuguesa*

Decreto-Lei n.º 48/2009

de 23 de Fevereiro

Através do acordo de cooperação assinado em Díli em 4 de Dezembro de 2002, a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste aprovaram a criação de uma escola portuguesa em Díli, considerando o interesse recíproco no desenvolvimento da cooperação entre os dois Estados nos domínios do ensino, da língua e da cultura, com o reforço do intercâmbio cultural e da valorização da língua portuguesa, como língua oficial daquele Estado. Tal medida enquadra-se no Acordo Quadro de Cooperação vigente entre os dois Estados, celebrado em 20 de Maio de 2002, visando reforçar os laços de amizade e cooperação já existentes.

Concretizando os objectivos a prosseguir pela Escola Portuguesa de Díli, ficou estabelecido que o seu projecto educativo, para além do desenvolvimento do ensino do português e em português, deveria contribuir para a qualificação da população de Timor-Leste, em particular das suas crianças e jovens, sem deixar de promover a educação e a formação ao longo da vida.

Enquanto escola pública portuguesa, a Escola Portuguesa de Díli estará aberta a cidadãos portugueses e timorenses, além de cidadãos de outras nacionalidades residentes em Timor-Leste. Prosseguindo, com as indispensáveis adaptações decorrentes da sua situação própria, as orientações curriculares para a educação pré-escolar e os planos curriculares e programas dos ensinos básico e secundário em vigor no sistema educativo português, a escola procede à certificação dos respectivos ciclos e níveis de ensino. Nos termos do acordo celebrado entre Portugal e Timor-Leste, essa certificação permite o prosseguimento de estudos nos respectivos sistemas educativos.

Dispondo o acordo para a criação da Escola Portuguesa de Díli que os Estados Contratantes se comprometem a adoptar a legislação necessária ao cumprimento do mesmo, impõe-se a formalização, através do presente diploma, da criação da Escola Portuguesa de Díli, definindo a sua natureza e objectivos, além dos princípios enquadramentos da regulamentação da sua organização e funcionamento.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## **Capítulo I**

### ***Criação, natureza e objectivos***

#### **Artigo 1.º**

##### ***Criação***

É criada, ao abrigo do acordo da cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste, de 4 de Dezembro de 2002, a Escola Portuguesa de Díli - Centro de Ensino e Língua Portuguesa, adiante abreviadamente designada por Escola, da titularidade do Estado Português, com sede em Díli.

#### **Artigo 2.º**

##### ***Natureza***

1 - A Escola é um estabelecimento público de educação e ensino com natureza idêntica à dos estabelecimentos públicos de educação e de ensino do sistema educativo português e ministra a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário.

**LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA**

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Escola é dotada de autonomia administrativa e financeira devendo, nesta matéria, reger-se pelo regime financeiro previsto nos artigos 43.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho.

3 - No âmbito da sua autonomia pedagógica, a Escola pode:

- a) Celebrar protocolos ou acordos de colaboração com outras entidades públicas e privadas com vista ao alargamento da sua oferta educativa ou formativa, desde que devidamente autorizada pelo membro do Governo responsável pela área da educação;
- b) Celebrar contrato de autonomia.

4 - A autonomia, a administração e a gestão da Escola funcionam sob o princípio da responsabilidade e da prestação de contas do Estado.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015](#) - [Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Artigo 3.º****Objectivos**

1 - Além dos previstos na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases do Sistema Educativo, constituem objectivos da Escola:

- a) A promoção e difusão da língua e da cultura portuguesas;
- b) A promoção dos laços linguísticos e culturais entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste;
- c) A cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste nas áreas da educação e da cultura;
- d) A aplicação das orientações curriculares para a educação pré-escolar e dos planos curriculares e programas dos ensinos básico e secundário em vigor no sistema educativo português;
- e) A contribuição para a qualificação da população de Timor-Leste, em particular das suas crianças e jovens, e para a promoção da educação e da formação ao longo da vida;
- f) A promoção de uma formação de base cultural portuguesa;
- g) A promoção da escolarização de portugueses e de filhos de portugueses;
- h) A constituição como centro de formação contínua de professores e centro de recursos.

2 - Pode, ainda, a Escola, com vista ao desenvolvimento de acções de valorização sócio-cultural, cooperar com as entidades locais e com entidades e organismos internacionais.

**Artigo 4.º****Princípios de actuação**

1 - Constituem princípios de actuação da Escola:

- a) A integração de alunos portugueses e a frequência de crianças e jovens timorenses e de outras nacionalidades;
- b) O funcionamento de todos os níveis de educação e ensino, desde a educação pré-escolar até ao final do ensino secundário;
- c) A obediência à orientação científica e pedagógica da responsabilidade do Estado Português;
- d) A possibilidade de adaptações curriculares, designadamente nas áreas disciplinares da História e Geografia, de forma a contemplar a realidade local e promover o conhecimento sobre Timor;
- e) A prestação de apoio à formação de pessoal docente e não docente e à comunidade;
- f) O funcionamento como centro de apoio à cooperação portuguesa na área da educação e formação;
- g) A articulação de funcionamento com o Centro Cultural Português em Díli;
- h) A racionalização de custos visando assegurar a continuidade da actividade, conjugada com uma gestão que assegure o progressivo autofinanciamento da Escola.

**LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA**

2 - No seu funcionamento, a Escola segue o calendário escolar português quanto ao início e fim das actividades bem como no que respeita às interrupções lectivas.

3 - Em matéria dos feriados, a Escola adopta os definidos localmente, acrescentando o dia 10 de Junho.

**Artigo 5.º*****Gestão da Escola***

1 - A gestão da Escola e a prestação do serviço público de educação podem ser efectuadas directamente pelo Estado ou em regime de gestão e financiamento privados, a celebrar mediante contrato de gestão entre o Estado e entidades privadas, com ou sem fins lucrativos.

2 - À gestão e ao financiamento privados aplicam-se as disposições sobre o contrato de gestão previstas no Decreto-Lei n.º 183/2006, de 6 de Setembro, com as adaptações que se mostrem necessárias, com exclusão de quaisquer outras disposições legais sobre a matéria.

3 - Sem prejuízo das especificidades previstas no presente diploma, a gestão da Escola é efectuada de acordo com o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.os 224/2009, de 11 de setembro, e 137/2012, de 2 de julho.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015](#) - [Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Capítulo II*****Estrutura orgânica*****Secção I*****Estrutura orgânica*****Artigo 6.º*****Órgãos da Escola***

1 - No caso de a gestão da Escola ser efectuada directamente pelo Estado, aquela dispõe dos seguintes órgãos:

- a) O conselho de patronos;
- b) A direcção;
- c) O conselho pedagógico.

2 - O conselho de patronos tem a composição e as competências definidas no presente decreto-lei, ainda que a gestão da Escola e a prestação do serviço público de educação sejam efectuadas em regime de contrato de gestão.

**Secção II*****Conselho de patronos***

**Artigo 7.º****Composição**

1 - O conselho de patronos tem a seguinte composição:

- a) O embaixador de Portugal em Timor-Leste, que, por inerência, preside;
- b) Um representante do Ministério da Educação;
- c) Um representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola, ou de quem os represente.

2 - Podem, ainda, fazer parte do conselho de patronos outras individualidades ou representantes de entidades que se tenham distinguido no apoio ao funcionamento da Escola, na promoção e divulgação da língua e cultura portuguesas em Timor-Leste ou dos laços linguísticos e culturais entre os povos português e timorense, a designar por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

3 - Os membros do conselho elegem, de entre si, trienalmente, um vice-presidente.

4 - A participação nos trabalhos do conselho de patronos não confere aos respetivos titulares o direito a qualquer remuneração ou abono.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015 - Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Artigo 8.º****Competências**

O conselho de patronos é o órgão responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da Escola, em obediência aos objectivos e princípios de actuação definidos no presente diploma, competindo-lhe, em especial:

- a) Aprovar, sob proposta do director, ouvido o conselho pedagógico:
  - i) O projecto educativo da Escola;
  - ii) O regulamento interno da Escola;
  - iii) O plano anual de actividades;
- b) Definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento;
- c) Aprovar o orçamento;
- d) Apreciar e aprovar o relatório de contas de gerência;
- e) Estabelecer, sob proposta do director, as quantias a cobrar pelos serviços prestados, nomeadamente o valor das matrículas e inscrições;
- f) Aprovar o regulamento das bolsas de estudo e das bolsas de mérito;
- g) Acompanhar, em geral, as actividades e o funcionamento da Escola;
- h) Aprovar as propostas de contratos de autonomia, nos termos do artigo 21.º-A.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015 - Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Artigo 9.º****Funcionamento e mandato**

1 - O conselho de patronos reúne:

- a) Ordinariamente, duas vezes por ano, mediante convocatória do seu presidente;
- b) Extraordinariamente, por iniciativa do seu presidente ou a requerimento da maioria dos seus membros.

**LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA**

2 - Sempre que o presidente considere que as deliberações do conselho de patronos podem pôr em causa o interesse público e a prossecução dos objectivos da Escola, deve submetê-las a homologação do membro do Governo responsável pelas escolas portuguesas no estrangeiro, suspendendo-se a sua execução.

3 - A duração do mandato dos membros do conselho de patronos é de três anos, renovável.

4 - O exercício do mandato dos membros do conselho de patronos não é remunerado.

5 - Quando tenham de se deslocar de Portugal a Timor-Leste em exercício de mandato, os membros do conselho de patronos são dispensados das suas actividades profissionais, públicas ou privadas, considerando-se a deslocação como realizada em serviço e conferindo direito ao abono de despesas de transporte e de ajudas de custo.

**Secção III*****Direcção*****Artigo 10.º*****Composição e designação***

1 - A direcção da Escola é composta por um diretor e dois subdiretores.

2 - Os membros da direcção da Escola são recrutados de entre indivíduos que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções, através de procedimento concursal a regulamentar em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública e da educação.

3 - Os membros da direcção da Escola e da direcção dos polos são designados em comissão de serviço pelo período de quatro anos, da seguinte forma:

a) Por despacho do Primeiro-Ministro e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros e da educação, no caso do diretor;

b) Por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros e da educação, no caso dos subdiretores.

4 - O diretor e os subdiretores são equiparados, para efeitos remuneratórios, a dirigentes superiores de 1.º e de 2.º grau, respetivamente.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015](#) - [Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Artigo 11.º*****Competência***

1 - O diretor tem os poderes de administração e gestão da Escola nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial.

2 - Compete ao diretor:

a) Representar a Escola;

b) Distribuir o serviço docente e não docente;

c) Designar os coordenadores de departamento e os diretores de turma;

d) Exercer o poder hierárquico em relação ao pessoal docente e não docente;

e) Exercer o poder disciplinar em relação aos alunos;

f) Intervir nos termos da lei no processo de avaliação de desempenho do pessoal docente;

g) Proceder à avaliação de desempenho do pessoal não docente;

- h) Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como outros recursos educativos;
  - i) Proceder à selecção e recrutamento de pessoal docente e não docente;
  - j) Celebrar, renovar e rescindir contratos de trabalho do pessoal docente e não docente contratados localmente;
  - k) Autorizar a realização de despesas e o respectivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira da Escola;
  - l) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação com outras escolas ou instituições de formação;
  - m) Promover e incentivar o relacionamento com a comunidade educativa;
  - n) Elaborar o orçamento;
  - o) Praticar todos os atos necessários ao normal funcionamento dos serviços e órgãos no âmbito da gestão dos recursos financeiros, materiais e patrimoniais, designadamente:
    - i) Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo respetivo orçamento anual, transferências de verbas subordinadas à mesma classificação orgânica e a antecipação até dois duodécimos por rubrica, com limites fixados pelo Ministério das Finanças;
    - ii) Autorizar a constituição de fundos permanentes das dotações do respetivo orçamento, com exceção das rubricas referentes a pessoal, até ao limite de um duodécimo;
    - iii) Celebrar contratos de seguro e de arrendamento e autorizar a respetiva atualização, nos termos da lei.
- 3 - Ouvido o conselho pedagógico, compete, ainda, ao diretor:
- a) Elaborar e submeter à aprovação do conselho de patronos:
    - i) As alterações ao regulamento interno;
    - ii) Os planos anual e plurianual de atividades;
    - iii) O relatório de atividades;
    - iv) As propostas de celebração de contrato de autonomia;
  - b) Aprovar o plano de formação e atualização do pessoal docente e não docente;
  - c) Definir o regime de funcionamento da Escola;
  - d) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários.
- 4 - O diretor submete à aprovação do conselho de patronos o projeto educativo elaborado pelo conselho pedagógico.
- 5 - O diretor pode delegar nos subdiretores as competências referidas nos números anteriores, com exceção da prevista na alínea f) do n.º 2.
- 6 - O diretor é substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo subdiretor que designar.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015 - Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Secção IV*****Conselho pedagógico*****Artigo 12.º*****Função e composição***

- 1 - O conselho pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa da Escola, de orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente.
- 2 - A composição do conselho pedagógico é da responsabilidade da Escola, a definir no regulamento interno, não devendo ultrapassar o máximo de 17 membros, observando os seguintes princípios:
- a) Participação dos coordenadores dos departamentos curriculares;



**LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA**

b) Participação das demais estruturas de coordenação e supervisão pedagógica e de orientação educativa, assegurando uma representação pluridisciplinar e das diferentes ofertas formativas;

c) (Revogada).

3 - O diretor é, por inerência, o presidente do conselho pedagógico.

4 - (Revogado).

5 - (Revogado).

6 - (Revogado).

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015](#) - [Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Artigo 13.º****Competência**

1 - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei ou pelo regulamento interno, compete ao conselho pedagógico exercer as competências legais definidas no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

2 - (Revogado).

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015](#) - [Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Artigo 14.º****Funcionamento**

1 - O conselho pedagógico reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respectivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efectividade de funções ou sempre que um pedido de parecer do director ou do presidente do conselho de patronos o justifique.

2 - A representação dos pais e encarregados de educação e dos alunos no conselho pedagógico faz-se no âmbito de uma comissão especializada que participa no exercício das competências previstas nas alíneas c), d), f), j), l) e m) do artigo anterior.

**Artigo 15.º****Estruturas de orientação educativa**

O regulamento interno fixa, nos termos do regime jurídico referido no n.º 2 do artigo 5.º, as estruturas que colaboram com a direção e com o conselho pedagógico no sentido de assegurar o acompanhamento eficaz do percurso escolar dos alunos.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015](#) - [Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Capítulo III****Pessoal**

**Artigo 16.º*****Pessoal docente***

(em vigor a partir de: 2023-12-29)

1 - Aos docentes da Escola é aplicado o Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril (ECD).

2 - O recrutamento para o exercício de funções docentes na Escola é efetuado de acordo com o estabelecido na legislação especial que regula os concursos destinados à seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário das escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação.

3 - (Revogado.)

4 - (Revogado.)

5 - (Revogado.)

6 - (Revogado.)

7 - (Revogado.)

8 - (Revogado.)

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 19.º do/a [Decreto-Lei n.º 139-B/2023 - Diário da República n.º 250/2023, 4º Suplemento, Série I de 2023-12-29](#), em vigor a partir de 2023-12-30

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015 - Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Artigo 17.º*****Pessoal não docente***

1 - O recrutamento do pessoal para o exercício de funções não docentes na Escola é feito através de contratação local de trabalhadores, nos termos de legislação própria.

2 - (Revogado.)

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015 - Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Artigo 18.º*****Garantias***

1 - O tempo de serviço prestado no exercício de funções docentes na Escola é contado como tempo de serviço prestado em funções docentes no ensino público português.

2 - A concessão de licença que tenha como fundamento a celebração de contrato para desempenho de funções nas escolas portuguesas no estrangeiro, considera-se fundamentada em circunstâncias de interesse público.

3 - Os membros da direção, os docentes e o pessoal não docente que se desloquem de Portugal para o exercício de funções em regime de mobilidade, têm direito ao reembolso das seguintes despesas, nos termos e em montantes a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, dos negócios estrangeiros e da educação:

a) Com a instalação no local de trabalho;

b) Com a residência no local de trabalho;

c) Efetuadas com as suas viagens e com os membros do seu agregado familiar, incluindo as bagagens;

d) Com seguros de saúde para si e para os membros do seu agregado familiar.

4 - (Revogado.)

5 - (Revogado.)

- 6 - (Revogado).
- 7 - (Revogado).
- 8 - (Revogado).
- 9 - (Revogado).
- 10 - (Revogado).
- 11 - (Revogado).
- 12 - [(Revogado).
- 13 - [(Revogado).

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015](#) - [Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Artigo 19.º*****Protecção social***

- 1 - Ao pessoal contratado localmente para o exercício de funções docentes na Escola aplica-se a legislação da segurança social de Timor-Leste, sem prejuízo do disposto em instrumento bilateral de segurança social celebrado entre Portugal e Timor-Leste.
- 2 - Compete à Escola suportar os encargos por conta da entidade patronal.
- 3 - Complementarmente, em condições a fixar por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação e sob proposta da direção, pode ser celebrado contrato de seguro para cobertura das eventualidades não abrangidas pelo regime de protecção social de Timor-Leste, sendo esses encargos suportados, nas percentagens de 35 % e 65 %, pelo docente e pela Escola, não podendo a comparticipação do trabalhador, para a formação do prémio de seguro, exceder o montante que o mesmo teria de suportar com a inscrição no regime geral de segurança social português para protecção nas mesmas eventualidades.
- 4 - (Revogado).

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015](#) - [Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Artigo 20.º*****Mapa de pessoal***

O pessoal da Escola a que se referem os artigos anteriores não pode ultrapassar a dotação fixada em mapa a elaborar pelo diretor e a aprovar pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015](#) - [Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Capítulo IV*****Disposições finais e transitórias*****Artigo 21.º*****Avaliação***

**LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA**

- 1 - É aplicável à Escola o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior constante da Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.
- 2 - É aplicável ao pessoal docente em exercício de funções na Escola o regime de avaliação de desempenho constante do Estatuto da Carreira Docente, do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, e da Portaria n.º 15/2013, de 15 de janeiro, com as necessárias adaptações.
- 3 - (Revogado).

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015](#) - [Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Artigo 21.º-A*****Contrato de autonomia***

- 1 - Ao contrato de autonomia é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e na Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto, alterada pela Portaria n.º 44/2014, de 20 de fevereiro.
- 2 - O conselho de patronos exerce, relativamente ao processo de celebração do contrato de autonomia, as competências atribuídas ao conselho geral na legislação aplicável.
- 3 - A comissão de acompanhamento do contrato de autonomia da Escola, prevista no n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 265/2012 de 30 de agosto, alterada pela Portaria n.º 44/2014, de 20 de fevereiro, não integra o elemento indicado pelo conselho municipal de educação.

**Alterações**

Aditado pelo/a Artigo 3.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015](#) - [Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29](#), em vigor a partir de 2015-09-30

**Artigo 22.º*****Organização interna***

O primeiro regulamento interno é submetido pelo conselho de patronos a aprovação do membro do Governo responsável pela área da educação.

**Artigo 23.º*****Regime transitório para o pessoal docente***

- 1 - Até ao final do ano escolar de 2011-2012 podem ser contratados para o exercício de funções docentes, em número que não ultrapasse um quinto do total do pessoal docente da Escola, indivíduos que não disponham das adequadas habilitações académicas e profissionais mas comprovem a efectiva experiência no exercício de funções docentes por tempo não inferior a três anos.
- 2 - Enquanto não for possível satisfazer as necessidades da Escola através do regime de recrutamento previsto no n.º 2 do artigo 16.º, aplica-se o regime previsto nos n.os 3 e 4 do mesmo artigo.

**Artigo 24.º*****Cessação de funções***

**LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA**

Os actuais órgãos dirigentes da Escola de ensino português em Díli cessam funções na data de nomeação dos membros da direcção, assegurando até essa data todas as funções que competem a este órgão.

**Artigo 25.º*****Reconhecimento das actividades***

1 - A Escola sucede nas suas actividades à escola de ensino português em Díli.

2 - É reconhecido o funcionamento e o ensino ministrado na escola de ensino português em Díli a partir do ano lectivo de 2002-2003, ao abrigo do despacho conjunto n.º 633/2002, de 25 de Julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 189, de 17 de Agosto de 2002.

**Artigo 26.º*****Propinas e outros valores***

O valor das propinas é fixado pela direcção e aprovado por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Decreto-Lei n.º 214/2015](#) - Diário da República n.º 190/2015, Série I de 2015-09-29, em vigor a partir de 2015-09-30

**Artigo 27.º*****Nome da Escola***

Por despacho do membro do Governo responsável pelas escolas portuguesas no estrangeiro pode ser conferida à Escola uma denominação que constitua o nome de uma personalidade que se tenha distinguido no âmbito da cultura, ciência ou educação.

**Artigo 28.º*****Apoio ao funcionamento da Escola***

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da representação diplomática em Timor-Leste, presta o apoio logístico que se mostre necessário ao exercício de funções por parte do conselho de patronos e da direcção da Escola.

**Artigo 29.º*****Página electrónica***

A Escola disponibiliza uma página electrónica, sediada na página electrónica do Ministério da Educação de Portugal, com todos os dados relevantes, nomeadamente:

- a) Os diplomas legislativos que a regulam, os estatutos e regulamentos internos;
- b) A composição dos órgãos, incluindo os elementos biográficos e contactos dos respectivos membros;
- c) Os planos e relatórios de actividades;
- d) Os orçamentos e contas, incluindo os respectivos balanços;
- e) O mapa de pessoal.

**Artigo 30.º*****Prazos***

Os prazos para a constituição dos órgãos e para aprovação dos regulamentos previstos no presente diploma são fixados por despacho do membro do Governo responsável pelas escolas portuguesas no estrangeiro.

**Artigo 31.º*****Entrada em vigor***

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.